

Literaturas de ausência: um paralelo entre *Clara dos Anjos* e *Ponciá Vicêncio*¹

Anna Rachel Pereira Magalhães de França²

Resumo: Este trabalho visa analisar o estigma da inferioridade atribuído à mulher negra nos romances *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, e *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo. Baseado nos pressupostos teóricos de Frantz Fanon (2008), Grada Kilomba (2019) e bell hooks (2019) adotamos as personagens como categoria de análise, sendo observadas nas figurações identidades atravessadas pela discriminação de raça e de gênero, reivindicando um lugar na sociedade. Em consonância com proposições do método dialético, concluímos que a emancipação de *Clara dos Anjos* e *Ponciá Vicêncio* encontraram limitações de ordem histórico-social. Concorre para o processo de cerceamento individual das protagonistas a epidermização da inferioridade, que alijou os negros dos meios de produção após a Abolição e, como consequência, coube à mulher negra o papel do Outro, restando-lhe escassas possibilidades de mobilidade social. A superação dessa realidade ocorreria com a verbalização de sua condição subalterna, resultando em um processo de libertação, quando a mulher negra deixa de ser Objeto e assume o lugar de Sujeito. Partindo de ambientes distintos, a tomada de consciência das personagens configura-se de maneiras distintas em razão do abandono social, pela ausência de políticas públicas para a integração do negro na sociedade e pela opressão de gênero.

Resumen: Este trabajo busca analizar el estigma de la inferioridad atribuido a la mujer negra en las novelas *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, y *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo. Basado en los supuestos teóricos de Frantz Fanon (2008), Grada Kilomba (2019), y Bell Hooks (2019), adoptamos los personajes como categoría de análisis, en cuyas figuraciones se observan identidades atravesadas por la discriminación de raza y de género, reivindicando un lugar en la sociedad. En consonancia con las proposiciones del método dialéctico, concluimos que la emancipación de Clara dos Anjos y Ponciá Vicêncio encontraron limitaciones de orden histórico-social. Concorre para el proceso de cercenamiento individual de las protagonistas la epidermización de la inferioridad, que alijó a los negros de los medios de producción después de la Abolición, y, como consecuencia, cupo a la mujer negra el papel del Otro, quedándole escasas posibilidades de movilidad social. La superación de esa realidad ocurriría con la verbalización de su condición subalterna, resultando en un proceso de liberación, cuando ella deja de ser Objeto y asume el lugar de Sujeto. Partiendo de ambientes distintos, la toma de conciencia de las personajes se configura de maneras distintas en razón del abandono social, por la ausencia de políticas públicas para la integración del negro en la sociedad y por la opresión de género.

¹ Artigo apresentado ao curso de Licenciatura em Letras Português-Espanhol da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito para a conclusão da graduação, sob a orientação de João Batista Pereira.

² Graduanda do curso de Licenciatura em Letras Português-Espanhol da UFRPE.

Introdução

A escravidão atribuiu aos indivíduos negros o estigma da inferioridade. Pela ordem patriarcal este mesmo estigma era conferido às mulheres negras, cuja representação literária pode ser conferida nas protagonistas dos romances *Clara dos Anjos* e *Ponciá Vicêncio*. Ambas portam a inferioridade que lhes é atribuída em razão da discriminação racial e de gênero. Como é sabido, a abolição da escravatura não gerou uma mudança efetiva na vida dos negros no que tange à reparação da desigualdade e a sua inserção na sociedade. A esse propósito, Florestan Fernandes lembra que:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivesse por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho” (FERNANDES, 2008, p. 29)

Mantinha-se o pensamento de que o negro era inferior, baseado nas teorias científicas em vigor na época. A miscigenação tornou-se um problema, e os grandes centros urbanos brasileiros passavam por uma série de reformas impulsionadas pela estética da *belle époque* parisiense. Cortiços foram abaixo, forçando pobres, brancos e negros a levantarem moradia nos morros, originando as conhecidas favelas. Jogados à própria sorte, a emancipação do negro no Brasil, em particular a história da emancipação da mulher negra, foi atravessada por uma série de desafios e enfrentamentos.

Convindo reconhecer que “a presença do negro mostra-se rarefeita e opaca” (DUARTE, 2013, p. 1) em nosso cânone literário, este artigo visa problematizar como a literatura se mostra como uma instância onde essas desigualdades são mantidas, principalmente, em relação à mulher negra e a forma como se dá sua representação na ficção. Neste sentido, propõe-se refletir sobre as personas assumidas por Clara dos Anjos e Ponciá Vicêncio nos enredos dos romances de Lima Duarte e Conceição Evaristo, atentando para as limitações apresentadas pela realidade social para a superação da inferioridade que lhes é atribuída. A análise pretendida retoma a dialética hegeliana, a partir da qual entendemos como tese a inferioridade imposta ao indivíduo negro como um mecanismo de dominação pelos brancos; a antítese surge no ato de resistência das personagens em aceitar para si a imposição do lugar do Outro, encontrando como síntese a tomada de consciência resultante da denúncia verbalizada em seu meio social.

Em sua estrutura, o artigo apresenta inicialmente os marcos teóricos que correspondem à dialética hegeliana: à tese, recupera-se o ideário de Franz Fanon, a partir do livro *Máscara negra, Pele branca*, onde o autor analisa o estigma da inferioridade de uma perspectiva universalizante ao indivíduo negro. Em relação à antítese, a obra *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, de Grada Kilomba, ressalta como a mulher negra reivindica sua alteridade, par antitético que vai ao encontro da síntese, condicionados aos postulados preconizados por bell hooks, conforme o livro *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*, no qual a autora assevera sobre a necessidade de uma tomada de consciência e de poder da mulher ao usar a voz como um instrumento de denúncia, de superação e de cura.

Nos dois tópicos seguintes faz-se uma análise das personagens à luz dessa estrutura teórica. Em “Nós não somos nada nessa vida”, delinea-se a descrição da formação dos subúrbios como um lugar destinado ao negro, da denúncia à imposição da pobreza como uma ferramenta de exclusão. Trata-se de como os processos de tomada de consciência e combate à inferioridade por parte da personagem Clara dos Anjos atendem apenas aos condicionantes iniciais da dialética proposta, a tese e antítese, sem que ela alcance uma síntese satisfatória. Em relação a Ponciá Vicêncio, no tópico “Ponciá Vicêncio: Um pulso de ferro a segurar o tempo” são ressaltados o ambiente e as condições de vida impostas ao negro no período pós-Abolição. Trata-se da trajetória da protagonista em busca de novas narrativas na vida, saindo da roça para a cidade grande como um ato de inadequação à exploração da força de trabalho do indivíduo negro e da própria desigualdade social. Por fim, discutimos como a dialética se plasma nos processos de emancipação das personagens e como a integração da mulher negra na sociedade foi atravessada por uma série de desafios, herdados pelo estigma da inferioridade estipulado à mulher negra pelo racismo e pelo machismo.

1 Sobre a afirmação do Eu e do Outro

“Antes de abrir o dossiê, queremos dizer certas coisas. A análise que empreendemos é psicológica.” É sob esta asserção que Frantz Fanon apresenta *Pele Negra, Máscara Branca*, livro ambientado à margem das mudanças político-históricas da primeira metade do século XX, obra que reivindica o protagonismo do colonialismo na construção da subjetividade de sujeitos colonizados. O fim da escravidão não garantiu uma mudança instantânea quanto ao pensamento social que conferia inferioridade aos negros. Se o século XX foi palco de transformações e rupturas em razão da “modernidade”, modernas também seriam as justificativas em manter as desigualdades raciais. Até o século passado, havia uma crença ancorada por vieses científicos

que configuravam o negro como “inferior” ao branco. Acreditava-se ser o negro incapaz de intelectualizar-se em razão de diferenças anatômicas que explicariam sua estereotipada força física e conseqüente inclinação ao trabalho braçal. Naquele momento, o discurso para manter o racismo ancorava-se sob égides colonialistas; o não-europeu deveria ser colonizado, pois faltava adequar-se à modernidade que viria, ditada de acordo com os ideários europeus.

A narrativa dominante à época impunha que “para o negro, há apenas um destino. E ele é branco.” (FANON, 2008, p. 28). Em outras palavras, pode-se dizer que introjetaram no pensamento do negro que ele deveria adequar-se ao modo de agir determinado pela hegemonia branca, um artifício para atestar seu acesso na sociedade. Ser menos reconhecido como negro impele nesse sujeito, ser humanizado, uma vez que, para o sujeito branco “incita-se assumir a condição de ser humano” (FANON, 2008, p. 27). Esta introjeção provoca no negro um sentimento de alienação, a concepção de que o seu valor como ser humano está determinado pela permissão do outro, o branco europeu. Para o psicanalista martinicano, essa inferioridade resulta de um duplo processo: o econômico, que relegou os negros à pobreza; e a “interiorização da epidermização da inferioridade” (FANON, 2008, p. 28); a ação dos indivíduos em conferir acessos a determinados grupos sociais de acordo com o tom de pele. A despeito desses acessos, o autor pondera quão difícil era para os negros alcançá-los na realidade colonial, onde eram naturalizadas as limitações para acesso a esses grupos sociais. Uma opção para essa alienação é que os negros estejam cientes deste duplo processo causador do sentimento de inferioridade, atrelada à tomada de “consciência das realidades econômicas e sociais” (FANON, 2008, p. 28).

O debate acerca da inferioridade atribuída ao negro interfere, diretamente, na relação entre o *Sujeito* e o *Outro*. O *Sujeito* é quem confere alteridade ao *Outro*. Negar a humanidade a um grupo de pessoas é negar-lhe o direito à existência, tanto que “para o negro a alteridade não é outro negro, é o branco” (FANON, 2008, p. 93). Isto porque o *Outro* é determinado pelo branco baseado nele mesmo. Logo, todo aquele que não está em conformidade com o branco é para ele, o *Outro*. Conseqüentemente, assumir o papel do *Outro* implica ser desumanizado. Em *Pele Negra, Máscara Branca*, Fanon lembra que “o conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas” (FANON, 2008, p.104). Essa leitura reforça a necessidade da adequação imposta ao *Outro* como recurso para autorizar a circulação do seu acesso ao mundo e à realidade social, e autorizar a sua leitura como *Sujeito*.

Ressaltando a contribuição desta obra no que se refere à construção da subjetividade do negro colonizado, a alteridade mencionada em Fanon apresenta-se, também, sob a perspectiva

da mulher negra e da sua percepção de si, à margem do colonialismo. Simone de Beauvoir discute a noção do outro em *O Segundo Sexo*:

a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si. [...] Os judeus são "outros" para o antissemita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. (BEAUVOIR, 1980, p. 11)

Sendo o *Outro* uma categoria do pensamento humano (BEAUVOIR, 1980, p. 11), o que o indivíduo julga ser seu oposto, qual seria a razão para justificar a imposição da inferioridade à mulher negra? Beauvoir responde que “Na medida em que a mulher é considerada o *Outro* [...] faz-se precisamente impossível encará-la como outro sujeito” (BEAUVOIR, 1980, p. 91). Logo, a mulher é o *Outro* aos olhos do homem, tudo aquilo que ele não reconhece em si, partindo da compreensão de si mesma. Apesar de explicitar a condição de inferioridade imposta às mulheres através do *Outro*, decerto, esta perspectiva não seria suficiente em contemplar todas as narrativas protagonizadas por esses indivíduos em busca de emancipação. A mulher branca de classe média no início do século XX pedia direito ao voto e à inserção no mercado de trabalho, enquanto a negra trabalhava desde a infância em diversas funções laborais.

Estes exemplos, que apontam distinções na forma como a sociedade tratava as mulheres brancas e negras, estão presentes no livro *Memórias da Plantação: Episódios de racismos cotidianos*, de Grada Kilomba, para quem a raça precede o gênero. A discriminação presente em diversas situações de violência é teorizada nesta obra a partir do olhar da mulher negra do século XXI. Mesmo 100 anos após a publicação do romance *Clara dos Anjos*, que denuncia a discriminação racial atravessada pelo recorte de gênero através da personagem homônima ao título, e a meio século da obra de Fanon, muito dos apontamentos suscitados pela psicóloga de origem lusitana remetem a este passado de inferiorização. Para ela: “Mulheres negras, por não serem nem brancas, nem homens, passam a ocupar uma posição muito difícil dentro de uma sociedade patriarcal de supremacia branca [...] Somos a antítese tanto da branquitude quanto da masculinidade” (KILOMBA, 2019, p. 190).

Esta dupla antítese categoriza a mulher negra como “*Outra* na alteridade” (KILOMBA, 2019, p. 191), terceirizando a reivindicação pelo reconhecimento da sua humanidade, rompendo a análise universalizante que vem endossar a opressão compartilhada pelas mulheres enquanto indivíduo. Partindo do princípio que a alteridade é conferida a quem atesta conformidade com o homem branco,

a mulher negra só pode ser o Outro, e nunca o eu [...] As mulheres brancas têm um status oscilante, como o eu e como a “Outra” dos homens brancos porque elas são brancas, mas não homens. Os homens negros servem como oponentes para os homens brancos, bem como competidores em potencial por mulheres brancas, porque são homens, mas não são brancos. As mulheres negras, no entanto, não são brancas nem homens e servem, assim, como a “Outra” da alteridade. (KILOMBA, 2019, p. 191)

Se Beauvoir percebe que não há reciprocidade nas relações de alteridade entre homens e mulheres, em razão do patriarcado atestar a subordinação das mulheres para com os homens, Kilomba reformula este pensamento ao considerar a reciprocidade entre homem negro e mulher branca como passíveis de serem vistos como sujeitos em determinados momentos. Logo, tanto o homem negro quanto a mulher branca dividiam uma alternância por acessos nos espaços de destaque da sociedade. Este conceito de “Outra” refere-se a uma proposição do caráter terceirizado da emancipação da mulher negra na história. Se o corpo da mulher negra era alvo de violências sexuais desde tenra idade, a castidade da mulher branca mantinha-se como objeto de tutela, incorporado a um discurso moralizador que aferia um bom caráter a quem seguia esta conduta. Se a mulher branca era educada na infância, a negra guardava-se na ignorância.

Lembrar essas realidades do passado reforça as disparidades que separam as trajetórias das mulheres por humanização. O ato de negar a humanidade às mulheres negras alude à “estruturas violentas de exclusão racial” (KILOMBA, 2019, p. 34), enquadrando a mulher negra como o “*Outro*”, o antagonista do eu. Mulheres brancas, ainda que à margem da opressão de gênero, seriam as parceiras ideais para dar continuidade à genealogia familiar; sendo por vezes, em razão disso, contempladas por discursos patriarcais de proteção ao seu bem-estar e à sua integridade. Atrás dela há o homem negro, que por ser homem, ainda conserva os privilégios de mobilidade social, competindo em acordo com a mulher branca. Atrás de ambos está a mulher negra que, por não ser nem branca e nem homem, assume o papel de inferioridade ratificada, corporificada em impor uma série de limitações para a sua participação na sociedade.

Uma alternativa para superar estas limitações viria do rompimento do negro em ver-se forçado a desenvolver uma relação consigo através da presença alienante do “*outro branco*”. Kilomba apregoa que, não é que os *sujeitos negros* não tenham falado sobre o racismo; suas vozes, graças a um sistema racista, é que têm sido sistematicamente desqualificadas. Se para alguns, dar voz é uma forma de humanizar, aos negros que denunciasses sua condição de vida, seriam desferidos castigos e punições. Punições estas, por vezes instrumentalizadas, como a máscara facial, eternizada em nosso imaginário nacional através da imagem da escrava Anastácia. O ato de falar é passível de punição, pois, acarreta no *sujeito branco* um sentimento

de repressão, a defesa pela qual o ego controla e exerce censura em relação ao que é instigado como uma verdade “desagradável”. Logo, para falar, negros e negras precisam ser ouvidos: ouvir é a autorização em direção ao falante, e falar por si só não se configura como uma prática facilmente absorvida pelos indivíduos, pois o discurso dessa etnia é interpretado como uma versão dúbia da realidade (KILOMBA, 2019, p. 35-51).

Se o valor da dúvida surge como mecanismo de silenciamento, bell hooks apresenta em seu livro *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*, a discussão acerca das frestas encontradas na sociedade como uma oportunidade de sobressair-se desse silenciamento. É sabido que a história de libertação das mulheres foi atravessada pelo quesito da raça. Ao passo que a mulher branca obtinha o direito a instruir-se, de acessar o mercado de trabalho e ser juridicamente independente, a mulher negra atuava na sociedade periféricamente, geralmente por meio da sua força de trabalho, nos serviços domésticos e no cuidado familiar. Sem direito à educação e tendo que trabalhar desde a infância, ela arduamente alcançava alguma mobilidade social. O debate sobre a participação das mulheres negras na sociedade e como os obstáculos atravessados em razão da discriminação de raça e de gênero afetam a sua subjetividade, passou a ser tema social na medida em que os negros passaram a criar espaços coletivos de proteção. Da mesma forma que o acesso à educação foi um elemento transformador, que possibilitou cientificizar a experiência da raça e da discriminação.

Na obra de bell hooks consta o testemunho pessoal da formação intelectual da autora como mulher negra inserida no contexto da segregação racial vigente no sul dos Estados Unidos. Nesse sentido, manter o negro calado frente à discriminação que o objetifica, parte do impulso em manter a subjetividade e a percepção dos negros “definidos e interpretados pelos outros” (HOOKS, 2019, p. 45). O ato de “Erguer a voz” configura-se para além de “um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta” (HOOKS, 2019, p. 39) resultante do processo de reivindicar humanidade para si, rejeitando a tutela externa como garantia de reconhecimento de alteridade. Se a autora concebe o silêncio como estratégia de sobrevivência, resultante da concepção de que “muitos indivíduos de grupos oprimidos aprendem a reprimir ideias, especialmente aquelas consideradas opositoras” (HOOKS, 2019, p. 327), erguer a voz, para a mulher negra, implica em

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (HOOKS, 2019, p. 38-39).

Verbalizar a inconformidade e assumir para si a imposição de sua inferioridade como motivo para racionalizar desumanidades, “especialmente em atos de rebelião e de resistência, continua a ser uma das formas mais poderosas de mudar vidas por meio do pensamento e da prática feministas” (HOOKS, 2019, p. 20-21). Erguer a voz seria o processo chamado de “trabalho da libertação”, desafiando o negro a buscar “uma nova linguagem” (HOOKS, 2019, p. 75) capaz de produzir na mulher negra o discurso de voz libertadora, voz que evoca dor e, ao mesmo tempo, a ancestralidade, para poder definir-se de acordo com o autoconhecimento. Deve-se procurar a voz, “se for para curarmos nossas feridas, se for para nos recuperarmos e conscientizarmos” (HOOKS, 2019, p. 25) como um mecanismo de libertação, ato que infere a assimilação de um contrato coletivo, para consumir o que pode vir a público como confissão.

Alcançar o processo de libertação resultaria em uma conscientização que “implica muito mais do que a mera adoção de slogans politicamente corretos ou o apoio a causas politicamente corretas” (HOOKS, 2019, p. 79). Decerto, histórias de dor e de trauma são narrativas em comum entre os negros em razão da discriminação racial. Há um consenso de que “muitas pessoas negras são criadas para acreditar que há muitas coisas sobre as quais não se deve falar, nem no privado nem em público” (HOOKS, 2019, p. 26). Vê-se aqui a herança colonial em impor o silêncio. Para além de falar, nomear as coisas para hooks seria uma maneira de resgatar a força vital em todo objeto. Uma forma de revisitar o passado e a trajetória ancestral dos indivíduos que não nos foram apresentados, mas que permanecem vivos em nós (HOOKS, 2019, p. 36) em um passado que ainda não foi de todo superado.

As contribuições trazidas pelos pensamentos de Franz Fanon, Grada Kilomba e bell hooks inclinam-se para reivindicar o caráter dialético em relação às formas a serem assumidas pela mulher negra na sociedade. A *Tese* está na imposição da inferioridade, justificada pela manutenção da desigualdade racial. Tida como inferior, não havia muitas possibilidades da sua participação nos espaços de decisão e de poder. Esta condição implicaria em uma reivindicação da alteridade, onde a mulher negra assume a inconformidade em acatar para si uma condição subalterna, produzindo uma *antítese* a essa subordinação. E essa reivindicação viria à tona através da denúncia, no ato de falar sobre sua condição e como reproduzir essa condição social afeta na construção de sua subjetividade e na compreensão de si do ponto de vista da raça. A raça seria um fator determinante para manter a resiliência, alcançando uma *síntese* na superação do pensamento que credita à mulher negra limites para sua integração nos espaços de poder.

2 “Nós não somos nada nessa vida”

O narrador descreve a família dos Anjos em um pai, Joaquim dos Anjos, pardo claro, de cabelo ruim, um homem de pouca ambição, incapaz de enxergar a maldade alheia. A mãe, Engrácia, retinta de cabelo liso, é portadora de um temperamento inerte e passivo, descendente de escravizados. E, a filha, Clara, parda com cabelo liso, uma mistura dos dois, uma jovem deslumbrada de personalidade amorfa. A jovem cresce alheia à dimensão da discriminação racial, em razão de uma criação repleta de cuidados e vigilância materna. Clara raramente saía de casa, sua mãe julgava que tanto controle seria suficiente para proteger a honra da filha, alvo de inescrupulosos sedutores como Cassi Jones, um homem branco de pouco mais de 30 anos, dotado de uma índole duvidosa e de um comportamento sexual libidinoso. A contragosto da família, Clara se aproxima de Cassi, por quem se apaixona, e vê-se grávida e abandonada em uma sociedade que condenava moralmente as moças que gestavam antes do casamento. A tomada de consciência de Clara como negra surge quando ela é humilhada pela mãe de Cassi Jones em virtude da cor de sua pele. A partir de então ela passa a compreender a concepção de inferioridade que lhe é dirigida pela sociedade.

Tendo por base os apontamentos teóricos, discutiremos nesta análise como a dialética da libertação se desenvolve no romance de Lima Barreto. A *Tese* da inferioridade em Clara dos Anjos apresenta-se de várias formas, inclusive, no espaço onde ela mora: o subúrbio. Ela e a família residiam em uma “casucha humilde de dois quartos”, localizada em uma rua que “quando chovia, encharcava e ficava que nem um pântano” (BARRETO, 2012, p. 55-56). O narrador desenha a região de construções irregulares invadindo os morros, feitas de todo tipo de material, em regiões sem saneamento básico, onde as pessoas viviam sob a ameaça da varíola. O convívio entre os seus habitantes é atravessado por um “estado de irritabilidade, provindo das constantes dificuldades por que passam” (BARRETO, 2012, p. 164), onde as mulheres protagonizam brigas entre si pela perda de um animal ou outro pormenor. Esses conflitos seriam o resultado “da incapacidade de encontrar fora do seu habitual campo de visão motivo para explicar o seu mal-estar” (BARRETO, 2012, p. 164), uma espécie de válvula de escape para as dificuldades enfrentadas pela pobreza.

Sobre a alienação do povo negro, ela resulta da falta de consciência das suas realidades econômicas e sociais, motivadas pela pobreza e pela *epidermização* da inferioridade, que determina o destino de um indivíduo de acordo com a cor da sua pele (FANON, 2008, p. 28). No Brasil, a abolição da escravatura não promoveu uma transformação na vida dos ex-escravos. O Rio de Janeiro, no início do século XX, passava por uma série de reformas arquitetônicas:

cortiços foram demolidos e a presença do negro como morador nos bairros centrais passou a ser malvista pela elite, obrigando-o a fixar-se nos morros, distante dos centros urbanos. Dando corpo a esse cenário de desigualdades, o narrador de *Clara dos Anjos* denuncia a exclusão e a omissão do Estado: “Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozes impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias noutros pontos do Rio de Janeiro.” (BARRETO, 2012, p. 165).

Destoando deste cenário, há o subúrbio tido como elegante, onde vive Cassi Jones com sua família. Cassi, um malandro violeiro, de índole duvidosa, vem de uma família branca. Sua mãe, Salustiana, portava ares de superioridade em razão de uma suposta ascendência fidalga. Seu pai, Manoel, um funcionário público sério, e as duas filhas que estavam prestes a se formar, uma no Magistério e outra em música e piano. Cassi Jones era mulherengo e tinha um histórico de se aproximar de moças vulneráveis, com intenções de ludibriá-las e desonrá-las. Por sua vez, Salustiana sempre acobertava os incidentes causados pelo filho, e da punição em assumir as consequências dos seus atos. Para ela, causava-lhe horror pensar no filho casado com uma moça de condição inferior. Seu filho pensava da mesma forma, não obstante, preferisse mulheres negras, das quais se aproximava não porque tinha boas intenções, uma vez que ele as via como objetos. A mulher negra pobre e desamparada, via no homem branco uma forma de alienar-se da sua condição. Se “para o negro a alteridade não é outro negro, é o branco” (FANON, 2008, p.93), Cassi Jones representaria para essas mulheres um mecanismo de mobilidade social.

Ao perceber a proximidade de Clara com Cassi Jones, Marramaque, padrinho de Clara, chama a atenção dos seus pais sobre o fato de que Cassi Jones oferece riscos em relação à fama que porta, e ratifica que ela não seria uma preferência afetiva do rapaz por sua cor: “Você não vê que, se ele se quisesse casar, não escolheria Clara, uma mulatinha pobre, filha de um simples carteiro?” (BARRETO, 2012, p.211). Em contrapartida, Clara não vê o tema da raça como um empecilho; alienada que está de sua condição como mulher negra. Marramaque torna-se um obstáculo para Cassi, que não tem dúvida de sua superioridade diante dele: “O que espantava, na ação de Marramaque, era a sua coragem. Ele, semi-aleijado, velho, pobre, lançava um solene desafio àquele valdevinos forte, são, habituado a rolos e rixas” (BARRETO, 2012 p. 123). Cassi assassina-o e continua a se aproximar-se de Clara, até desonrá-la. A jovem acaba grávida e abandonada. Ele foge, temendo as investigações policiais sobre o homicídio de Marramaque.

Desorientada, Clara vê-se impotente. Cogita o aborto, pede emprestado adiantamentos dos bordados a dona Margarida, muito próxima de sua família. Experiente, dona Margarida percebe que algo está errado e a confronta em busca da verdade. Clara confessa-lhe. Margarida

prontamente decide comunicar o fato à mãe de Clara, e saem, as três mulheres, para a casa da família do rapaz, em busca de uma solução: somente o casamento poderia remediar tal situação. Porém Salustiana segue indiferente à informação: Clara não era a primeira a ser abandonada grávida por Cassi. Também não seria a primeira a ser destrutada por Salustiana. É através das palavras: “Que é que você diz, sua negra?” (BARRETO, 2012, p. 260) que Clara finalmente irá conhecer o racismo. Salustiana apesar de ser mulher, e ser alvo da opressão de gênero, não levanta dúvidas de que se julga superior à Clara, e que ela não seria a parceira ideal para seu filho. Clara não só se “descobre” negra, mas passa a compreender que é julgada inferior por sua cor. Para Grada Kilomba (2019) o racismo é um evento traumático, difícil de ser assimilado. “A sensação de choque e imprevisibilidade é o primeiro elemento do trauma clássico”. Resulta em um “choque violento” que “reside não somente no fato de ser colocada como a Outra”, mas também em uma explicação irracional que é difícil de assimilar [...] (KILOMBA, 2019, p. 217). O episódio na casa da família de Cassi Jones alude a uma cena colonial em que “pessoas brancas se tornam sinhás/senhores simbólicas/os e negras/os através do insulto e da humilhação tornam escravizadas/os figurativas/os” (KILOMBA, 2019, p. 157).

Nesse sentido, o ato de falar não resulta em um desafio de cura como promulga bell hooks (2019). Clara é humilhada por Salustiana, que escancara sua inferioridade como mulher negra e de origem humilde, ao ofender-se com a possibilidade de matrimônio entre seu filho e a jovem. Clara é inferior, logo, a sua genética afetaria negativamente a genealogia familiar. Salustiana não reconhece Clara, e nem mesmo o neto que leva em seu ventre como seres humanos, logo, não pode ser aceito em sua família. Nessa situação, “a violência aqui analisada não se dá apenas no episódio ficcional de abandono, mas de maneira ainda mais consistente, na tradição de leitura que a ignora enquanto ser dotado de vida e agência” (SOUZA, 2019, p. 75). Erguer a voz não configura em uma alteração da sua condição de subalternidade, não há uma emancipação, nem avanço na mobilidade social.

Na volta para casa, o narrador descreve a tomada de consciência de Clara. Fora preciso toda essa situação “para se convencer de que ela não era uma moça como as outras; era muito menos no conceito de todos” (BARRETO, 2012, p. 262). Ela conclui que a educação recebida dos pais não foi suficiente para amadurecer, a ponto de saber se defender de homens como Cassi Jones. Clara passa a compreender que sua subjetividade enquanto mulher era atravessada pela inferioridade. Não teria direito de reivindicar justiça para si mesma, e nem de fazer justiça por si mesma, pois não constituiria o corpo que afeita humanidade ao indivíduo de um determinado grupo de pessoa. Para Souza, a frase final:

“Não somos nada nesta vida” é muito mais do que a síntese de sua desgraça. Sua fala funciona como um lema da vida de todas essas mulheres. De fato, a personagem não é nada nesta vida regida pelo patriarcado branco, sobretudo em um país que pretendia exterminá-la (SOUZA, 2019, p. 79).

Clara entende que a sua vida mudará radicalmente a partir daquele momento. O destino profetizado por seu padrinho concretizava-se. Desonrada perante a sociedade, ela passaria a ser malquista, rejeitada pela sociedade, criando sozinha um filho, fadada à solidão. Teme acabar como Mme. Bacamarte, que se prostituía no subúrbio, e Inês, outra moça abandonada grávida por Cassi Jones, que acaba na mendicância, e com o filho, ainda adolescente, em uma casa de detenção. Ou como Ernestina, que depois de casar-se com Ataliba, um dos amigos de Cassi, tornara-se “escanzelada, cheia de filhos” (BARRETO, 2012, p. 86), sofrendo privações.

Para Silva, no romance de Lima Barreto “as definições dadas às mulheres dentro desse sistema social ficcional representado na narrativa implica para elas papéis sociais inferiores e descaracterizados” (SILVA, 2015, p. 84). Em contrapartida, os personagens masculinos “em sua maioria, são identificados através de seus nomes acrescidos de suas profissões, ou qualidades” (SILVA, 2015, p. 83), reiterando o papel secundário da mulher, restrito ao ambiente doméstico. Não sabemos o destino de Clara. Poderia ser expulsa de casa pelo pai, e ter o mesmo destino de Mme. Bacamarte ou Inês. Ou, então, teria que se submeter a empregos subalternos e mal remunerados para manter o filho, alvo da exclusão dos olhares malquistos desferidos a quem engravidasse fora ou antes do casamento. Em uma época que conferia valor ao matrimônio como garantia de estabilidade, “entregar-se” antes de casar revelaria um desvio de caráter, tão temido pelos familiares de Clara. Clara é precursora de uma narrativa predominante no Brasil, onde mulheres pobres e negras, chefiam lares e famílias sem a tutela masculina.

3. “Ponciá Vicêncio: um pulso de ferro a segurar o tempo.”

Entre idas e vindas no tempo, o romance de Conceição Evaristo, *Ponciá Vicêncio*, narra a trajetória da protagonista, descendente de ex-escravizados, em sua trajetória como imigrante, partindo da roça para a cidade grande em busca de melhores condições de vida. O enredo da narrativa alterna-se em *flashbacks*, quando o passado e o presente se encontram em meio às divagações da personagem em lembranças da infância à fase adulta. Ponciá, ao partir para a cidade, levava consigo a promessa de voltar para buscar seus familiares. A impossibilidade de concluir essa promessa a inquieta, invadindo-a uma sensação de vazio e perda de identidade. Ao mesmo tempo em que vai se isolando dentro de si mesma, em um estado de melancolia, a

personagem retorna ao passado como forma de reencontrar a si mesma, recorrendo à história da sua família. O avô, figura emblemática ao longo da narrativa, e crucial na construção da identidade e da subjetividade de Ponciá, deixa uma herança; seus pais, o irmão Luandi e o trabalho com o barro, são marcas com as quais “a personagem molda um novo olhar sobre a história, que é ao mesmo tempo vivida e lembrada” (ARAÚJO, 2007, p. 76).

Ponciá faz parte da segunda geração de negros libertos, contudo, a Abolição não foi suficiente para transformar a história da sua família. O desacordo com a tese da inferioridade aludida por Fanon é bem definida no consciente da personagem, presente em reflexões sobre as condições em que vivia com a família e outras gerações de descendentes de escravizados nas *terras dos pretos*. Apesar de livres, mantinha-se o sistema de produção de capital através da exploração da força de trabalho dos descendentes que foram escravizados. Destaca o narrador, em uma reflexão de Ponciá:

O pai trabalhava tanto. A mãe pelejava com as vasilhas de barro e tinham apenas uma casa de pau a pique coberta de capim, para abrigar a pobreza em que viviam (...) Crescera na pobreza. Os pais, os avós, os bisavós sempre trabalhando nas terras dos senhores. A cana, o café, toda a lavoura, o gado, as terras, tudo tinha dono, os brancos. Os negros eram donos da miséria, da fome, do sofrimento (EVARISTO, 2017, p. 15).

Nota-se nesta citação que não havia interesse político em integrar o negro na sociedade, como forma de reparar a desigualdade ocasionada pela discriminação racial. Tão ancestral quanto a memória que evoca o passado é a exploração que atravessa a existência dos homens da família de Ponciá. Para ela, os homens eram quase mudos. Vô Vicêncio, apesar de ter falecido quando ela era criança, é uma figura recorrente em sua memória, a quem dizem ter total aparência e a quem transforma em um homenzinho de barro, com o braço cotó virado para trás. Estas informações são vitais para entender a construção da identidade da personagem, que segue em busca de uma herança deixada pelo avô. Mesmo tendo convivido pouco com ele, Ponciá lembra que lhe “faltava uma das mãos e vivia escondendo o braço mutilado para trás. Ele chorava e ria muito” (EVARISTO, 2017, p. 15). A perda do braço tem uma história: ainda escravizado, três ou quatro dos seus filhos, amparados pela Lei do Ventre Livre, foram vendidos pelo coronel. Em um acesso de fúria e revolta, Vô Vicêncio assassina a própria mulher, tenta o suicídio mutilando o braço, sendo contido por outras pessoas, e só não mata o pai de Ponciá porque ele conseguira fugir, restando-lhe o braço cotó que tanto escondia.

A tentativa de suicídio de Vô Vicêncio seria consequência da “exacerbação afetiva, uma raiva em se sentir pequeno, uma incapacidade de qualquer comunhão que o confina em um

isolamento intolerável” (FANON, 2008, p. 59). Vô Vicêncio enlouquece após o acontecimento e passa a ser visto como um estorvo por seus antigos donos. O suicídio, aliás, também pode emergir “como um ato de tornar-se sujeito. Decidir não mais viver sob as condições do senhor branco é uma performance final, na qual o sujeito negro reivindica sua subjetividade” (KILOMBA, 2019, p.189). Vô Vicêncio não se conforma com a desumanidade em que vivia, tanto que prefere a própria morte. O pai de Ponciá despreza o pai por ter matado a mãe. Livre, segue a mesma lida do pai na lavoura, na companhia do irmão de Ponciá, Luandi. Ambos passam boa parte do tempo ausentes de casa, em razão da colheita.

Quando jovem, o pai de Ponciá havia sido pajem do filho do Coronel, com quem tinha obrigação de brincar e entretê-lo em sádicas humilhações. Uma vez, o sinhô-moço exigiu que ele abrisse a boca para que urinasse dentro, atitude que demonstra a consciência do sinhô-moço de que seu pajem lhe era inferior. No mesmo dia, o pai de Ponciá pergunta ao pai por que ainda viviam ali se eram livres. Vô Vicêncio nada fez, além de olhar “o tempo como se buscasse no passado, no presente e no futuro uma resposta precisa, mas que estava a lhe fugir sempre” (EVARISTO, 2017, p.17). Outra vez, o filho do coronel ensinou as letras do alfabeto, curioso em saber se negro aprendia “as letras de branco” (EVARISTO, 2017, p. 17). Ele parou com a brincadeira ao percebeu que o negro aprendia. E, se o negro aprende, logo, perde sua serventia, a de entretê-lo. Tempos depois, o pai de Ponciá morre “numa tarde clara, em que o sol cozinhava a terra” (EVARISTO, 2017, p. 26), causando-lhe mais susto do que dor. Essa morte impulsiona Ponciá a uma tomada de consciência. Antepondo-se à imposição da inferioridade como estigma e como condição de vida, ela decide tomar o trem que partiria naquele mesmo dia para a cidade: “Estava cansada de tudo ali (...) de ir e vir às terras dos brancos e voltar de mãos vazias (...) Cansada da luta insana, sem glória, a que todos se entregavam para amanhecer cada dia mais pobres” (EVARISTO, 2017, p. 30).

Luandi, seu irmão, também migra para a cidade. Para ele, a cidade constitui-se como garantia de ascensão social, pois “pensava que seria só bater em algum lugar e se oferecer para trabalhar” (...) Diziam que na cidade as pessoas trabalham muito, mas ficam ricas” (EVARISTO, 2017, p.59). Recepcionado por uma grande chuva, ele adormece na estação, sendo acordado e abordado por Soldado Nestor, que encontra uma arma branca com ele, e o leva à delegacia para prestar depoimento. Luandi sequer preocupa-se em ser levado para a delegacia, deslumbrado com o fato de que na cidade “o negro também mandava” (EVARISTO, 2017, p.61). Ele emprega-se como faxineiro na delegacia e passa a ter na figura de Soldado Nestor uma inspiração. Luandi quer ser soldado, “Querida mandar. Prender. Bater. Querida ter a voz alta e forte como a dos brancos” (EVARISTO, 2017, p. 61-62). Superar o estigma da

inferioridade para Luandi constitui-se na tomada de poder pela opressão que o homem conhece sendo o seu alvo. A ida para a cidade efetiva-se de uma maneira mais positiva para Luandi, que consegue ascender socialmente e tornar-se soldado.

Ponciá “havia chegado à cidade com o coração crente em sucessos e eis no que deu” (EVARISTO, 2017, p.70). Munida na coragem que nenhum dos seus familiares havia tido, ela rumou à cidade com a expectativa de empregar-se, juntar economias, comprar uma casa e voltar para Vila Vicêncio para buscar o irmão e a mãe. Ao chegar na estação de trem, Ponciá dorme na rua, ao redor de uma igreja. No dia seguinte, após a missa matinal, aborda algumas fiéis, oferecendo-se como doméstica. Ponciá de fato consegue juntar dinheiro para comprar um barraco na cidade. Retorna à Vila Vicêncio, mas não encontra os seus. Tempos depois, descobre na estação que o irmão também migrara. Ela procura através de anúncios em rádio, escreve-lhes cartas que nunca chegam, perde os filhos nas sete vezes em que engravida. Essa sequência de eventos contribui para que a personagem mergulhe em um vazio existencial, tornando-se cada vez mais calada, introspectiva. Essa mudança de comportamento revolta o marido, que passa a lhe agredir fisicamente. Entretanto, Ponciá torna-se incapaz de qualquer reação por si. Vizinhos recomendam que o homem a interne em um hospício.

Souza diz que “Para Ponciá, o único refúgio encontrado era o autoexílio no silêncio, aliado à fuga e à loucura” (SOUZA, 2012, p.85). A personagem “gastava todo o tempo com o pensar, com o recordar. Relembrava a vida passada, pensava no presente, mas não sonhava e nem inventava nada para o futuro” (EVARISTO, 2017, p.18). A jovem corajosa que decidira partir para cidade para ganhar a vida, em nada se parece com a mulher que se tornara. Este estado de apatia, “este mergulho no vazio, muitas vezes recheado pelas lembranças do passado, tem profunda relação com o desejo de compreender a própria trajetória marcada por sucessivas perdas” (ARAÚJO, 2007, p.85). Retornar ao passado é uma ferramenta que Ponciá usa para não se perder da sua identidade. Não lhe inquietava apenas a perda dos sete filhos, ou do contato com os seus. Lhe inquietava a perda de si mesma. O prazer em viver. As lembranças de Ponciá são uma válvula de escape ao sentimento de frustração por não ter concluído a promessa feita como justificativa para sair de Vila Vicêncio: viver com a mãe e o irmão em condições melhores em que viviam no povoado. Para Souza “as figuras importantes na sua vida são os motivos para ela viver atada ao passado” (SOUZA, 2012, p. 89). A personagem, “ao tomar consciência de sua condição de mulher negra, pobre e favelada se depara com uma realidade da qual ela prefere esquecer.” (MAGALHÃES, 2014, p. 87).

Percebe-se que os processos vividos por Ponciá, desde o seu sentimento de inadequação, com a continuidade da exploração da força de trabalho dos homens de família e as condições

impostas aos membros das *terras dos pretos*, suscitam uma tomada de consciência. Todavia, a análise acerca da superação ao estigma da inferioridade imposta à personagem não alcançou o seu principal objetivo: a de ser o vetor que transformaria a vida de sua família. Ao contrário, ela finda o romance estagnada, presa, vivendo na mesma condição que tentara fugir, só que no morro de uma cidade grande. O ato de coragem em erguer a voz oferecendo seus serviços como doméstica não surge como uma ferramenta de emancipação. Como seu avô e seu pai, o capital acumulado pela força de trabalho dos negros continua na mão dos brancos: “A vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia” (EVARISTO, 2017, p. 72). A herança de Vô Vicêncio cumpria-se, “a chaga do sofrimento escravo” (SILVA, 2007, p. 3) perpetuava-se em Ponciá. Em contrapartida, Luandi aprendera a ler, requisito para tornar-se soldado. Retorna ao povoado, recebe notícias da mãe e da irmã, deixa seu endereço com Nêngua Kainda, que o alerta sobre sua decisão, que “estava querendo ter voz de mando, mas de que valeria mandar tanto, se sozinho?” (EVARISTO, 2017, p.81). A luta pela emancipação é uma luta coletiva. De nada adiantaria assumir o discurso do opressor se ele não promove a libertação do seu povo.

Conclusão

Neste trabalho buscou-se compreender a inferioridade imposta à mulher negra como um retrato da história da emancipação deste grupo na sociedade brasileira. Apresentamos uma proposta dialética para refletir sobre essa condição vivenciada por *Clara dos Anjos*, abordando as condições de vida do negro à margem do período da Primeira República, onde a cidade do Rio de Janeiro serve como palco para reformas que induzem o negro a levantar moradia nos subúrbios. Em sentido oposto, em *Ponciá Vicêncio* o espaço de denúncia é o rural, onde gerações de negros livres mantem-se explorados por outra geração da mesma família de dominadores. A relação dos processos vividos pelas personagens para combater a inferioridade em razão da cor e do gênero conduzem “à análise dos procedimentos que caracterizam as relações entre eles” (CARVALHAL, 2006, p. 52), principalmente a pobreza.

Enquanto Engrácia guarda extrema vigilância à filha, que raramente sai sem companhia, Ponciá é a única da família a sair de Vila Vicêncio para a cidade. Se Clara dos Anjos apresenta um comportamento em conformidade com o ideário burguês estabelecido no início do século XX, Ponciá assume para si o papel de responsável por transformar a história de sua família. Clara dos Anjos tem dimensão de sua inferioridade quando é humilhada pela mãe de Cassi Jones e Ponciá sai de Vila Vicêncio por se inconformar com a realidade em que vivia. Por fim,

enquanto Clara divagava sobre casos de amor entre casais interraciais, na busca de histórias com final feliz (BARRETO, 2012, p.132), Ponciá procurava “se lembrar de algum que tivesse tido um final feliz. Não lembrou” (EVARISTO, 2017, p.33), indicando que não havia muitas possibilidades para a mulher negra nem mesmo em suas aspirações.

Em suma, as personagens não alcançam sua emancipação através da dialética proposta nesta análise. Mais de um século após a Abolição da Escravidão, a vida de muitas mulheres negras é perpassada por dificuldades. Ainda há muito para que elas alcancem a ascensão social. Histórias de mulheres como Clara dos Anjos e Ponciá Vicêncio abrem margem para novas narrativas de vida. Apesar do debate e da criminalização ao racismo, muitos ainda insistem em conferir inferioridade ao negro, muitos ainda negam naturalizar a presença de mulheres negras em determinados espaços. Quando uma mulher negra ascende, abre portas para que as próximas gerações possam desfrutar de direitos outrora destinados exclusivamente às mulheres brancas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Flávia Santos. **Uma escrita em dupla face: a mulher negra em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo**/ Flávia Santos de Araújo. – João Pessoa, 2007. 115p.

BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo: fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

DA SILVA, ANA GABRIELLA FERREIRA; DOS FERROS, P. A. U. **REPRESENTAÇÕES DO NEGRO EM CLARA DOS ANJOS DE LIMA BARRETO**. 2015.

EVARISTO, Conceição. **Da representação a auto-representação da mulher negra da mulher negra na literatura brasileira**. Revista Palmares: cultura afro-brasileira, Brasília, ano 1, n. 1, ago. 2005. p.54.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio** / Conceição Evaristo. -- 3. ed. -- Rio de Janeiro: Pallas, 2017. 120p.

Duarte, E. de A. (2014). **O negro na literatura brasileira**. *Navegações*, v. 6, n. 2, 146-153, 2014.

FANON, Frantz. **Máscara Branca, Pele Negra**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MAGALHÃES, ROSÂNIA ALVES. **A escrita feminina afrodescendente na obra de Conceição Evaristo**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Linguística, Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SANTANA, PATRÍCIA MARIA DOS SANTOS. Memória, espaço e a necessidade de narrar a História dos vencidos no romance Ponciá Vicêncio. **Revista Garrafa**, v. 30, abril-junho, 2013.

SILVA, Assunção de Maria Sousa. **Ponciá Vicêncio, memórias do eu rasurado**. In: DEALTRY, G.; LEMOS, M.; CHIARELLI, S. (eds). *Alguma prosa: ensaios sobre literatura brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. p. 73-83.

SOUZA, Gabriel das Chagas Alves Pereira de. **Pérolas negras na periferia: um estudo comparativo de personagens femininas em Not without laughter, de Langston Hughes, e Clara dos Anjos, de Lima Barreto**./Gabriel das Chagas Alves Pereira de Souza. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura (Literatura Comparada), 2019. vii, 150.